

# *Desenvolvimento e Mudança na Sociedade de Macau na Primeira Metade do Século XX*

*Lou Shenghua\**

## I. Introdução

Na história da humanidade, a metade do século XX pode ser descrita como uma era de guerras e revoluções. Também é um período em que se ergueram ondas poderosas no mundo. Em meio século, movimentos campesinos e de libertação nacional envolveram o mundo; eclodiram dois conflitos mundiais, resultando em perdas incalculáveis para o género humano. Portanto, a ordem global e as civilizações do globo sofreram um golpe de força inaudita.

No meio de uma era de revoluções e guerras, é óbvio que Macau dificilmente seria a única exceção a escapar aos reveses. Politicamente, a Macau de então era uma colónia oriental da República Portuguesa, de modo que cada detalhe do processo vivenciado pela metrópole naqueles anos, isto é, a sua passagem para uma revolução democrática de um regime ditatorial, influenciara a colónia oriental. Por meio dessa relação com Lisboa, Macau permanecia envolta em diferentes forças políticas, fossem ocidentais, ou orientais.

Geopoliticamente, Macau situa-se nas margens do Mar do Sul da China, é contígua à China Continental e está separada de Hong Kong por um braço de mar. Por conseguinte, as mudanças ocorridas na China Continental e em Hong Kong frequentemente agitam o tecido político de Macau. Na primeira metade do século 20, a China vivia um quadro de mudanças “raramente vistas num milénio”. Nesse país tiveram lugar, em sequência, duas revoluções e duas guerras — recorrências sem precedente histórico. A primeira das revoluções é conhecida como Revolução Xinhai. Liderada por Sun Yat-sen (Sun Zhongshan), foi a primeira revolução popular e burguesa no país. Foi ela a destruir o regime imperial, que ainda persistia por milhares de anos, e a adotar a forma republicana de governo — República da China (Zhonghua Minguo). A segunda revolução foi a comunista, conduzida por Mao Tsé-Tung (Mao Zedong)

---

\* Professor Catedrático do Instituto Politécnico de Macau.

que, empregando as massas campesinas como núcleo de seu movimento, prevaleceu no final do processo. O Partido Comunista Chinês tomou o poder do Partido Nacionalista Chinês (Guomindang) no Continente, e estabeleceu assim a República Popular da China (Zhonghua Renmin Gongheguo). Acima mencionaram-se duas guerras, a primeira das quais foi a Guerra Civil Chinesa, em que diferentes forças políticas disputavam a supremacia. A segunda correspondeu a um conflito de vida ou de morte, em que os chineses resistiram a invasores estrangeiros. No caso da Guerra Civil, incluem-se os choques entre as forças revolucionárias e as tropas defensoras da dinastia Qing, após a Revolta de Wuchang; a campanha setentrional realizada pelos integrantes da Revolução Nacionalista; as escaramuças entre diferentes gerações do caudilhismo regional; e a guerra entre as milícias campesinas, lideradas pelos comunistas, contra as tropas do Guomindang. Foram estes últimos, isto é, o Partido Comunista e os Nacionalistas que produziram o impacto mais profundo sobre o país. Não apenas porque os dois grupos provocaram uma efetiva mudança de mãos a segurar o cetro na China; ainda mais importante, foi também porque eles ditaram a direção a ser seguida pela sociedade como um todo. A segunda das guerras voltou-se contra o militarismo japonês, que, num absoluto contra-senso, invadiu a China. Consequentemente, Nacionalistas e Comunistas puseram as dissensões de lado e uniram-se para fazer resistência ao inimigo comum. A partir do “Incidente 918” de 1931 e ao longo de 14 anos de luta, os chineses contaram com o apoio das forças anti-fascistas mundiais para, finalmente, alcançar uma vitória total, que prostrou o arrogante militarismo japonês.

Nesse ambiente, embora Macau obedecesse à política de “neutralidade” da sua metrópole portuguesa, num ambiente em que os canhões rugiam a seu lado, essa política conseguiu poupar a ex-colônia do ataque direto de parte desses canhões; não foi capaz de impedir, contudo, que fosse atingida pela guerra.

De facto, a Macau da primeira metade do século XX estava no meio de várias forças externas. Sentia-se nela o peso da revolução e da guerra vindas do exterior; especialmente, toda a mudança política em Portugal e na China fazia-se sentir em Macau. O facto de as forças de oposição na China Continental haverem escolhido Macau como refúgio e base para planeamento e comando das suas revoluções deve-se, em certa medida, ao ambiente político muito especial de Macau. Dito de outra forma, a colônia reunia em si e refletia as contradições e conflitos de numerosas

forças políticas. Esses complexos elementos externos deram impulso e informaram a estrutura da sua sociedade na primeira metade do século XX, seja em termos de regime político, seja em termos de vida cotidiana.

## II. Administração Pública: “Autonomia” e Centralização

Em 1910, Portugal deu as boas-vindas a uma nova era. Em outubro daquele ano, eclodiu uma revolução democrática em Lisboa; a Casa Real foi destituída e a forma republicana de governo substituiu o regime monárquico. Era a República Portuguesa que se estabelecia. As mudanças no cenário político de Portugal foram sentidas em Macau, não apenas nos nomes das ruas, que seguiram temas republicanos; o estatuto político e a governação de Macau também foram testemunha das transformações a ocorrer.

Apesar de, na nova Constituição Portuguesa, o estatuto de Macau como “território nacional” do ultramar não ter sido alterado, a partir de 1914 foi editada uma lei orgânica específica para as colónias. Isso significa que estava a iniciar-se o processo de “autonomização” das referidas colónias, proposto pela metrópole já no final do século XIX. Em 1917, nos termos da Lei Orgânica dos Territórios Portugueses de Ultramar, foi publicada e entrou em vigor a *Carta Orgânica da Província de Macau*<sup>1</sup>.

Pela primeira Macau obtinha autonomia administrativa e financeira, tendo direito a decidir quem estará à frente de suas próprias instituições, isto é, o Governador de Macau e o Conselho de Governo. Por tais razões, a publicação do *Estatuto* é considerada um produto da “experiência” de garantir autonomia às colónias de além-mar pelo Governo Português, ainda que sob o fio condutor de um pensamento “Neo-Colonial”.

Em 1920, Portugal reviu sua Constituição e alterou a organização da administração civil e financeira dos Territórios de Além-Mar. Modificou, ainda, os Estatutos Orgânicos aprovados em 1917, inclusive o de Macau, não apenas respeitando o direito à autonomia dessas colónias, mas também estabelecendo um organograma político, administrativo e judiciário para elas.

<sup>1</sup> Wu Zhiliang, *O Regime Político de Macau*, Macau: Fundação Macau, 1995. Sobre a Carta Orgânica do Território de Macau no período 1917-1976, cf. as pp. 50-57.

No entanto, as turbulências políticas em Portugal fizeram com que a sua política ultramarina cambaleasse sem rumo. Em 1926, as forças conservadoras lançaram um golpe, de que surgiu a Segunda República; isso representava uma guinada à direita para aquele país, fortalecendo-se o Governo Central. Naquele ano, por meio das Diretrizes Orgânicas para os Territórios Coloniais, o Governo Central incrementava o seu poder sobre tais regiões, em especial ao assinalar o estatuto e função colonial das mesmas. O *Estatuto Orgânico da Colónia de Macau*, publicado a seguir, dava corpo aos intentos de centralização da Metrópole. Em 1930, com a assunção do Ministério das Colónias por António Oliveira Salazar, adotou-se o *Ato Colonial*, que fortaleceu ainda mais o controle do Governo Central, diminuindo a autonomia dos territórios em questão. Quando Salazar se tornou o novo Primeiro Ministro, ele propôs conceitos como “Estado Novo”, “Nova Ordem”, subjacentes aos quais estava o intento de consolidar uma ética imperial entre a Metrópole e as colónias, mais a unificação das relações económicas e políticas entre ambos. Diminuía-se portanto a autonomia dos territórios coloniais, promovendo-se um regime ditatorial e centralizador. Em termos administrativos, não se recorria mais a cartas específicas para cada território colonial, editando-se um único estatuto orgânico aplicável a todo o império colonial — o que pretendia assinalar a unidade do império colonial português. Desta forma, foram publicados em 1933 a *Carta Orgânica do Império Colonial Português* e a lei da *Reforma Administrativa Ultramarina*. A partir de então, Macau passou a ser administrada conforme esses dois documentos até à edição de uma nova norma em 1955.

Nesses termos, entre 1911 e 1949, o controle português sobre Macau vivenciou a transição entre a “autonomia”, introduzida após a vitória de uma revolução democrática, e a centralização, que adveio do estabelecimento do regime ditatorial de Salazar. Por centralização, entende-se o comando absoluto do Governo Central português sobre os assuntos de Macau, onde o Ministro das Colónias representa esse Governo no exercício de todos os poderes, exceto as competências legislativas atribuídas ao parlamento — solenemente chamado de “Governador dos Governadores”. Além disso, criou-se também um regime centralizado em Macau, com foco no Governador. As competências deste, que representava os interesses do Governo Central, aumentaram continuamente, fazendo com que o “auxiliar o trabalho do Governador”, ou seja, o Conselho de Governo, visse as suas competências encolherem dia para dia. Em 1933,

tal Conselho tornara-se meramente um “órgão consultivo”, quase que desprovido de meios para contrapesar os poderes do Governador. Assim, produziu-se um quadro em que o Governador era o único a deter o poder político de facto. Com efeito, estas providências igualmente refletiam as tendências centralizadoras do Governo Central, já que o principal objetivo de ampliar as competências do Governador era o de garantir a realização dos interesses do Governo da Metrópole.

### III. Economia e Vida da População: Socorro a Refugiados e “Prosperidade”

A População é a base das atividades sócio-económicas e também é um elemento fundamental para influenciar essas mesmas atividades sócio-económicas. Para a Macau da primeira metade do século XX, as violentas alterações demográficas causaram fenómenos anormais. Em particular, as guerras contínuas na periferia fizeram com que uma onda de refugiados se dirigisse para Macau, o que provocou grandes mudanças no plano sócio-económico, na vida da população.

Observemos agora o comportamento da população de Macau entre 1910 e 1949. Em 1910, Macau tinha 74.866 pessoas; nos dez anos seguintes, a população continuava a oscilar na casa dos 70, 80 mil. No ano de 1924, devido a uma revolta de facções de comerciantes em Guangzhou, houve um deslocamento em massa de cidadãos comuns para Macau, fazendo com que a população saltasse para 193.175 pessoas. Contudo, após a pacificação da revolta, os habitantes de Guangzhou voltaram para sua cidade, fazendo com que a população de Macau retornasse ao seu nível usual. Até à eclosão da Guerra Sino-Japonesa em 1936, a população de Macau estava em torno dos 120 mil. Posteriormente, com o início dos conflitos e seu deslocamento para o Sul, um grande número de refugiados afluíu a Macau, cujo total de habitantes chegou a 245.194 em 1939 e 374.737 em 1940 — o triplo dos números pré-guerra<sup>2</sup>.

Essa explosão demográfica, causada sobretudo pelo fluxo de refugiados, abalou a ordem da vida normalmente levada pela população, fazendo

---

<sup>2</sup> Gu Wannian e Dai Minli, *Mudanças da População de Macau em 500 anos (1500-2000)* — *Uma Investigação sobre População, Sociedade e Economia, mais Anexos*. Macau: Serviços de Estatísticas e Censo, 1998 (Anexo).

com que, sócio-economicamente, Macau começasse a entrar em tempo “de guerra”. Nesse contexto, surgiram sérios problemas de abastecimento de produtos básicos, em particular de oleaginosos. Como todos sabemos, Macau é uma cidade portuária insular, o que não é favorável à produção de gêneros agrícolas. Por isso, desde há muito, víveres como oleaginosos ou vegetais são produzidos no Continente. Em situações normais, os oleaginosos produzidos em regiões adjacentes como Xiangzhou (Zhongshan) eram bastantes para as necessidades cotidianas. Em tempos de guerra, contudo, houve um aumento no número de refugiados dirigindo-se a Macau, o que aumentou em muito a procura por grãos. Além disso, as periferias foram ocupadas pelas forças japonesas, interrompendo o fluxo dos transportes; mesmo que se conseguisse a aquisição de oleaginosos, não seria possível fazê-los chegar a Macau. Consequentemente, produziu-se a mais grave crise alimentar e a maior fome na história de que se tem registo na colónia. De 1940 a 1944, houve três importantes episódios de fome, particularmente desde o final de 1941 com a queda de Hong Kong até a derrota final dos japoneses em agosto de 1945: as oleaginosas estavam a preços altíssimos, a população famélica preenchia o local, havia um grande número de pobres, doentes e mortos — justificando-se definir tal era da história de Macau como uma “Era de Turbulência”.

Tendo em vista a onda de refugiados chegados a Macau e a crise no abastecimento de grãos, o Governo português de Macau e diversos setores da sociedade promoveram campanhas de socorro. O Governo português adotou diversas medidas, incluindo o envio de representantes a outras localidades em busca de mantimentos; a criação de uma comissão gestora para administrar os estoques de grãos, combustíveis, etc.; restrições para evitar que os comerciantes especulassem nos preços de víveres ao acumularem estoques; criação de armazéns e bancos de arroz; distribuição de bilhetes para racionamento de produtos oleaginosos com base num planeamento de áreas e residências. No que concerne ao socorro a refugiados, o governo organizou campos para receber os mesmos, atribuindo-lhes terras para que pudessem plantar. Ofereceu-se apoio financeiro a associações cívicas como a Associação Tung Sin Tong e a Associação das Mulheres, para que pudessem organizar campanhas de doação de papas de arroz. Com a participação da liderança de diversos grupos chineses como a Associação Comercial, fundaram-se diversas comissões para auxiliar no retorno dos refugiados às suas terras de origem, distribuindo-os por outras áreas e diminuindo assim a pressão sobre o consumo de oleaginosas. De entre essas

associações, cívicas houve que organizações benfeitorias como o Hospital Kiang Wu e a Associação Tung Sin Tong acolheram refugiados e desenvolveram uma série de trabalhos no que tange ao socorro e atendimento médico. A Associação Comercial Chinesa, a Associação de Educação Chinesa e a Associação de Mulheres Chinesas uniram-se a outros grupos em diversas iniciativas temporárias para captação de recursos, socorro e auxílio a refugiados, como a “Associação Geral a Socorro a Catástrofes” (各界救災會) ou a “Associação de Quatro Setores para Socorro a Catástrofes” (四界救災會).

É preciso reconhecer que a onda de refugiados provocada pela Guerra causou uma crise social muito séria, exigindo da população de Macau um alto preço para prestar socorros aos aflitos. No entanto, se mudarmos de perspectiva, veremos que a postura de “neutralidade” assumida por Macau na Guerra evitou que os tiros de canhão afetassem diretamente as oportunidades de desenvolvimento económico. De entre o grande número de pessoas chegando a Macau, uma parte desses “refugiados” eram indivíduos abastados que viriam dar nova “vitalidade” à economia de Macau. De facto, enquanto a periferia estava tomada pela guerra, Macau mantinha a sua postura de “neutralidade”, o que trouxe uma enorme “prosperidade” inopinada para certos setores.

Diferentemente dos refugiados arruinados pela pobreza, alguns comerciantes opulentos abrigaram-se em Macau, trazendo a sua “riqueza” e promovendo o consumo na cidade. O ramo hoteleiro foi um dos setores que mais beneficiou. A documentação específica aponta que, em 1939, o número de hotéis e de hóspedes dobrou em relação aos dois anos anteriores. Para satisfazer a demanda crescente dos clientes, o Hotel Central de Macau, famoso à época, ampliou suas instalações. Nas redondezas da Rua Almeida Ribeiro e da Rua da Felicidade, novos hotéis adensam-se para formar o que era uma zona agitada, à época.

Da mesma forma, o setor financeiro também foi privilegiado. Por um lado, algumas lojas de ouro e prata do Continente transferiram-se para Macau, onde continuaram as suas atividades. Por outro lado, embora fossem diversas as moedas a circular em Macau, as suas cotações flutuavam com uma certa intensidade, de maneira que as pessoas recém-chegadas talvez desejassem trocar a moeda que carregavam por outra, mais bem cotada local mente. Além disso, era possível que refugiados passando por necessidades também precisassem de trocar ouro e prata, que trouxe-

ram consigo, por moeda corrente. Motivados pela demanda, aumentavam os negócios de troca de ouro e prata. Depois da queda de Hong Kong, alguns comerciantes de metais preciosos instalaram-se em Macau, o que aumentou ainda mais a circulação, de ouro/prata e de moeda estrangeira, na cidade — na sua esteira, verificou-se um desenvolvimento acelerado do setor financeiro. Até finais de 1944, Macau já contava com mais de 300 lojas, para vendas de prata, lojas de ouro e bancas de câmbio, todas operando em pleno. Por isso, não há erro em se afirmar que o período da Guerra de Resistência foi uma “Era de Ouro” para o setor das finanças em Macau.

De “prosperidade” comparável à indústria hoteleira, de restauração e financeira, havia ainda aqueles setores especiais, que podemos cognominar de “paralelos”, incluindo o jogo, o ópio, a prostituição e o contrabando.

Em Macau, o jogo legalizado não é algo novo. Já o declarara Portugal em 1847. Posteriormente, esse setor começou a exercer um papel no desenvolvimento da cidade, mas devido à falta de planejamento e de um quadro legal global, a sua exploração era realizada de modo esporádico, individual, sob regime de competição livre. Por isso, o crescimento da escala de tais atividades sofreu restrições. Apenas em 1912 o Governo português adotou regras para os estabelecimentos do jogo de “Fan-Tan” e sua tributação. A seguir, os mesmos critérios foram progressivamente aplicados para outros tipos de jogo, como as loterias “Pakapoo” e “Wei Seng”. Na década de 1930, o Governo português de Macau já adotara uma política de exclusividade total nas operações de jogo, mediante a abertura de concursos públicos, onde as propostas eram lançadas sob anonimato, das quais vencia a mais alta. Assim eram emitidas licenças exclusivas para casinos, formando um quadro de monopólio em relação à sua operação. Nesse período, o poder sobre o jogo de Macau trocara de mãos duas vezes, primeiramente passando para a Companhia Hou Heng, mantida por comerciantes vindos de Guangdong, como Fok Chi Ting, Faan Git Pang e o clã de Lou Kau, que venceram o primeiro concurso exclusivo para a exploração do jogo em Macau.

Em 1937, uma nova concessão foi concedida à Companhia Tai Heng, mantida pelos magnatas Kou Ho Neng e Fu Lou Jung, sob condição de que fossem pagos 1,8 milhões de impostos anualmente. A partir de então, o imposto sobre o jogo tornou-se uma importante fonte de

receitas para o Governo português de Macau. Concomitantemente, a Companhia Tai Heng assimilou outras atividades, de caráter turístico, a título de diversão, valendo-se de técnicas de marketing inovadoras para atrair clientes de fora. Considerando que os territórios adjacentes estavam tomados pela Guerra, isso também contribuiu para que da grande leva de refugiados socorridos em Macau, uma parte fosse de pessoas abastadas que passava a frequentar os casinos. Foi desta maneira que os tais empreendimentos experimentaram uma “prosperidade” anormal em tempos de guerra, o que projetou a fama de Macau como uma “Cidade do Jogo”.

Juntamente com o desenvolvimento da indústria do jogo, setores como os penhores, a prostituição e o ópio ganharam um maior espaço para se desenvolver. Os penhores são uma atividade gêmea do jogo; as ruas em torno dos casinos estão repletas de bancas de penhores, de entre as quais as maiores são chamadas, em chinês, de “an” e as menores de “ya”. Conforme estatísticas imperfeitas, por volta de 1940 havia 14 “an”, mais de 20 “ya” e para cima de 50 bancas de recompra em Macau. Todas exigiam pagamento de juros baseados nos prazos de empréstimo. Sob o impulso do setor do jogo, os penhores testemunharam um vigoroso florescimento.

Desde há muito tempo, Macau mantinha-se como um centro de distribuição e venda de ópio no Extremo Oriente. Além disso, era um território onde a produção, processamento e consumo de ópio eram legais. Macau não apenas possuía “Armazéns de Medicamentos Ocidentais”, onde se guardava a droga, como havia fábricas para o processamento da pasta para a produção de ópio. O Governo português de Macau criara um departamento específico, com a responsabilidade exclusiva de abrir a concorrência e receber impostos das empresas do setor. Os impostos sobre os encargos também eram uma importante fonte de receita para o Governo português de Macau. No seu auge, o ópio respondia por cerca de um terço das receitas totais.

Entrados no século XX, sob pressão das nações europeias e da Liga das Nações, em 1926 e 1931 o Governo português assinou um acordo para o controlo e a regulamentação da produção de ópio. A seguir o Governo português de Macau emitiu duas medidas, em 1927 e em 1931, para administrar a indústria do ópio. Em primeiro lugar, determinou o fim do sistema anterior em que o governo abria concessões para exploração privada, passando o governo a explorar o produto como monopólio,

proibindo desta forma sua comercialização privada. Em segundo lugar, encerrou o departamento específico da gestão do ópio, devolvendo as suas funções ao inspetor dos serviços económicos. Pode ver-se que as duas medidas não produziram uma proibição total da droga; apenas modificaram o seu modelo de exploração, proibindo a comercialização privada e exportação. Na verdade, até 1946 ainda era legal manter um negócio de venda de ópio em Macau, especialmente de venda de pastilhas e consumo local. Por outro lado, há muito que a droga já estava proibida em Hong Kong e na China Continental. Enquanto “ilha” do ópio, foi desta maneira que Macau se tornou um “paraíso” para os dependentes da região. As estatísticas apontam que, nas décadas de 1920 e 1930, havia mais de 80 lojas especializadas na comercialização e mais de 50 salões destinados ao consumo do produto. Na maior parte destes salões, havia 30, 40 mesas; nos menores, pouco mais de dez. No total, estima-se que houvesse mais de mil mesas para o consumo de ópio em Macau<sup>3</sup>. Portanto, dado o grande número de salões, não há erro em se qualificar como muito vultosas as oportunidades de negócio nesse setor à época.

Em maio de 1946, o Governo português de Macau decretou o cancelamento e encerramento de fechamento e todos os salões de fumo, proibindo a venda e consumo de drogas, cuja violação seria penalizada veementemente. Neste tempo, a armazenagem, a distribuição e venda estavam proibidas; os salões de fumo, proscritos; os artigos para o consumo, destruídos; consumidores e negociantes, presos; era o da última região do Extremo Oriente em que o ópio tinha sido legal.

Juntamente com o jogo e o ópio, uma outra indústria especial que viveu grande “prosperidade” foi a prostituição. No período da China Nacionalista, embora a China Continental não a tenha proibido completamente, a partir de 1928 as políticas convergiram no sentido de regulamentar a “prostituição pública” e combater a “prostituição privada”. Hong Kong proibira o funcionamento de prostíbulos em junho de 1935. Em contraste, na mesma época, a prostituição era aberta e legal em Macau. Por isso, atraía multidões da China Continental e de Hong Kong vindas para “consumir” diversão. Numa época de guerra, Macau estava fora do alcance do conflito, o que ainda oferecia mais razões para fazer dela um “paraíso” onde acorriam revoadas de hedonistas. Logo, a pros-

<sup>3</sup> Bing Liping, *Sociedade e Economia de Macau no Período da China Nacionalista* in Investigações e Ensino da História do Partido, no. 6 (1999), p. 53.

tuição prosperava cada vez mais. Conforme documentação específica, nessa época, havia três tipos de prostituição em Macau<sup>4</sup>: em primeiro lugar vinham as chamadas “dazhai” (ou “grandes vilas”), os bordéis de luxo, que se concentravam, principalmente, nos arredores da Rua e da Travessa da Felicidade, com um total de 60-70 estabelecimentos. Cada estabelecimento possuía 20 prostitutas; em torno de 6-7 pessoas, se pequeno, o que perfazia um total de mais de 1.000 profissionais. O segundo tipo incluía as chamadas “er zhai” (ou “vilas de segunda classe”), concentradas nas redondezas da Rua do Comércio, com mais de 30 estabelecimentos. Cada um possuía mais de 10 prostitutas, num total de 300. O terceiro tipo chamava-se “san zhai” (ou “vilas de terceira classe”), concentrando-se no beco das Rosas, nas vizinhanças da Rua das Estalagens e do pátio dos Cules. O número de prostitutas ali, umas vezes era alto, outras baixo.

A posição geográfica e situação administrativa particulares de Macau chamaram a atenção das contrabandistas. O contrabando nunca deixou de ser praticado localmente, se considerados os diferentes produtos e as formas em que se realizava. Inclusive por meio de comboio, um grande volume de mercadorias era distribuído através Macau para a periferia. De entre essas mercadorias, no período pós-guerra, Macau celebrou-se como via para o escoamento do contrabando internacional de ouro. Nessa época, devido à guerra civil que deflagrara na China Continental, altos índices de inflação fizeram com que a procura por ouro aumentasse; em Hong Kong, adotou-se o controlo sobre a importação desse metal. Em Macau, ao contrário, por não ser membro do FMI, o preço do ouro não estava submetido aos limites estabelecidos internacionalmente. Em consequência, Macau tornou-se, de imediato, uma estação para o contrabando internacional e o contrabando, um importante pilar económico da cidade<sup>5</sup>. O metal vindo da África do Sul, Grã-Bretanha, Manila, era transportado às escondidas para o interior da China e outros lugares. Pouco após o fim da guerra, o contrabando de Macau foi monopolizado e manipulado pela Companhia Wufutang e por uma filial da Companhia Tai Heng. Depois de 1948, o contrabando era controlado principalmente e pelo Diretor da Repartição Central dos Serviços de Economie do Governo de Macau,

<sup>4</sup> Bing Liping, *Sociedade e Economia de Macau no Período da China Nacionalista* in *Investigações e Ensino da História do Partido*, no. 6 (1999), p. 53.

<sup>5</sup> *Richard Louis Edmonds Macau*, citado por Wu Zhiliang, Tang Kaijian e Jin Guoping. *Cronologia Histórica de Macau*, vol. 5. Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe, 2009. Pp. 2733.

Pedro Lobo, pelos administradores da Companhia Hang Chong (“Dah Chong Hong”), formada pelos comerciantes Ho Yin e Chung Tsi Kwong. À época, o comércio do metal chegou à casa das dezenas de milhões, o que fez de Macau a “Cidade de Ouro do Extremo Oriente”.

Podemos dizer que, na primeira metade do Século XX, a economia de Macau se debatia entre dois extremos. Por um lado, havia uma “prosperidade” anormal de setores particulares como o jogo, o ópio, a prostituição e o contrabando. Por outro, havia o grande aumento de refugiados em resultado da guerra, o bloqueio que produzira a uma crise alimentar, a falta de forças do governo e da sociedade para socorrer as vítimas das tragédias e o povo esfaimado, pobre, exausto, morto, em quantidades incontáveis — uma cena trágica. Os faustos de uma opulência indecorosa rodeada por inanição e morte até onde os olhos alcançam; os dois, lado a lado, compunham uma cena “fantástica” — eis Macau, uma cidade de consumo, apesar de desprovida de recursos e cercada por um ambiente inóspito destruído pela guerra, em constante luta pela sua sobrevivência, eis Macau, um quadro histórico real.

#### **IV. Educação e Cultura: Desenvolvimento e Alicerces para o Futuro**

A primeira metade do século XX é um momento de desenvolvimento conturbado em Macau. Tomando a Guerra Sino-Japonesa como marco, o período anterior a ela pode ser considerado como uma etapa inicial do trabalho de modernização do ensino na cidade; no período posterior, esse desenvolvimento entrou numa etapa de desenvolvimento mais acelerado, criando os alicerces para o salto verificado mais tarde.

Na entrada do século XX, o ensino moderno começou a ser adotado em Macau, particularmente no que se refere à educação da população chinesa — muito embora o velho sistema de ensino privado sob um mestre ainda não tivesse desaparecido completamente. Diversas escolas confucianas ofereciam matérias como chinês, inglês, matemática. Ao mesmo tempo, escolas cristãs, que sempre valorizaram o ensino, fundaram a Escola de São José (1932), o Colégio de Santa Rosa (1933), entre outros. Apesar de, sob o impulso da comunidade, a educação em Macau se ter desenvolvido, o facto de Macau estar sob o Governo colonial português significava que havia um envolvimento e planeamento mais limitados no campo da educação. Além de um pequeno número de escolas oficiais (Li-

ceu de Macau e Escola Comercial), o governo apenas deixava que as coisas seguissem o seu curso. Portanto, nessa época houve um desenvolvimento muito limitado da educação na cidade.

Após a eclosão da Guerra Sino-Japonesa, devido a questões de segurança, as autoridades do Governo Nacionalista em Guangdong permitiram que escolas da região se estabelecessem a título provisório na região “neutra” de Macau. Por isso, uma série de escolas e professores migraram para Macau, oferecendo uma nova oportunidade para o desenvolvimento da educação local, injetando nova vitalidade. Conforme as estatísticas, depois do “Incidente 7-7”, cerca de 30 escolas secundárias e cursos profissionais migraram para Macau do interior da China, incluindo o “Colégio Primeiro Ministro Sun Zhongshan” (總理故鄉紀念中學, 1937), o “Colégio Lingnan” (1937), o “Colégio Pui Ching” (1938), “Colégio Zhixin” (1938), o “Colégio Chong Tak” (1938), o “Colégio Pui Ying” (1938), o “Colégio Feminino Jiefang” (1938), a “Escola Secundária da Universidade de Guangzhou” (1938), o “Colégio Zhiyong” (1939), o “Colégio União Zhongshan” (1939), o “Colégio União Nanhai” (1939) e o “Colégio Shenglin” (1939). De entre esses, não faltaram as grandes escolas como Lingnan ou Pui Ching. Migrando para Macau, passaram a recrutar alunos de entre o público jovem local, o que aumentou rapidamente o número de estudantes em Macau. De oito mil, chegou-se a um pico de mais de trinta mil.

Ao mesmo tempo, perante tão grande número de crianças refugiadas, as associações cívicas, e mesmo as particulares, começaram a organizar o que se chamou “cursos para refugiados”. Durante a Guerra da Resistência, a Associação de Educação Chinesa criou 20 cursos para refugiados de entre as suas filiadas, em que crianças de 6-12 anos poderiam participar gratuitamente<sup>6</sup>. Em fevereiro de 1939, o colégio privado Chong Tak também organizou um curso direcionado para as crianças refugiadas que tivessem deixado de frequentar a escola<sup>7</sup>. Em 1939, a Ordem das Irmãs Canossianas iniciou os trabalhos da Academia Feminina do Sagrado Coração (ensino em língua inglesa), exclusivamente para receber crianças de origem portuguesa fugidas de Shanghai. No ano seguinte, o número de estudantes chegou a 200<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Associação Educacional Chinesa, “Boletim dos Chineses de Ultramar”, 5/03/1939.

<sup>7</sup> Wu Zhiliang, Tang Kaijian e Jin Guoping. “Cronologia Histórica de Macau” vol. 5. Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe, 2009. Pp. 2587.

<sup>8</sup> Wu Zhiliang, Tang Kaijian e Jin Guoping. “Cronologia Histórica de Macau” vol. 5. Guangzhou: Guangdong Renmin Chubanshe, 2009. Pp. 2585.

Ademais, muitas pessoas do meio educacional da China continental e de Hong Kong vieram para Macau. Alguns vinham fugidos da Guerra, de entre os quais havia profissionais famosos como Zhang Ruiquan, Tan Weihai, Qu Maopan, Liao Fengling, Huang Qiming, Guo Bingqi, Liu Nianyou, Chen Zhifang, Situ You e tantos outros. Esses indivíduos trouxeram novos conceitos e métodos educativos para Macau, elevando a qualidade do ensino e da gestão das escolas locais. No entanto, apesar de muitos deles terem voltado para a China após o fim da Guerra, também houve uma parte que preferiu permanecer e continuar a servir a causa da educação em Macau. Ademais, é digno de menção que havia escolas de diferentes perfis, de diferentes modelos educacionais e mesmo de diferentes idiomas. Além de propiciar mais escolhas aos estudantes locais, o mais importante foi o impulso dado à diversificação do ensino em Macau, lançando as bases para o pluralismo educacional que há atualmente na cidade — exercendo uma influência que podemos considerar muito profunda.

Numa situação análoga à da educação, a área cultural (incluindo o meio artístico, teatral, etc.) viu um grande número de artistas vindos de regiões circunvizinhas em busca de um porto seguro. Dentre esses, havia grandes pintores como Gao Jianfu, Deng Fen, Sheng Zhongqiang, Bao Shaoyou, Luo Baoshan, Fang Rending, entre outros. No meio teatral, mais especificamente no gênero da ópera cantonense, celebridades como Ren Jianhui e Hong Xiannü vieram residir em Macau por um período. O que é mais notável é que, após chegarem a Macau, tais artistas não adotaram um estilo de vida isolado, mas participaram com intensivamente nas atividades culturais na sua nova paragem, realizando apresentações e exposições de frialidade. Por exemplo, Gao Jianfu e seus discípulos Szeto Qi e Guan Shanyue, que escolheram Salão Miu Heung (“Aroma Misterioso”), do Templo de Kun Iam Tong, organizaram a chamada “Academia de Pintura da Primavera Adormecida” (Chunshui Huayuan). Com ela, além de atrair sócios interessados em aprender pintura, também promoveram diversas exposições em Macau. Por exemplo, em 1944, Gao Jianfu apresentou a “Exposição de Beneficência de Caligrafia e Pintura da Associação Tung Sin Tong”, para angariar alimentos e dinheiro em favor das crianças refugiadas. Um outro exemplo, no início de 1943, Xue Juexian, Ren Jianhui e Zhao Lanfang atuaram na ópera cantonense “Trovoada”. Pode dizer-se que, por meio dos seus eventos, esses artistas, residentes em Macau, exerceram uma certa influência sobre a sociedade local, trazendo não apenas obras de alto nível para esta cidade mas, mais importante, o

grupo educou novos talentos artísticos, promovendo um desenvolvimento de longo prazo na pintura e no teatro locais.

Pode ver-se que, no período das “Duas Guerras”, por ser uma cidade “neutra”, Macau “obteve sorte com a tragédia dos outros”, beneficiando do trabalho na área educacional e cultural. Isto porque as escolas e o meio cultural de renome da vizinhança vieram procurar asilo em Macau, lugar que veio a ter teve oportunidades de desenvolvimento. Foi porque uma elite cultural se reuniu em Macau que surgiu uma situação favorável para a promoção da cultura nesta cidade. Após o final da guerra, ainda havia uma quantidade considerável de talentos que permaneceram para continuar o seu trabalho cultural e educacional. Por exemplo, Chen Daogen foi contratado pelo Colégio de São José como coordenador académico; Zhu Boying e Lin Fansan foram contratados, respectivamente, pelo Colégio Santa Rosa como diretor e como coordenadora académica<sup>9</sup>. O calígrafo Szeto Qi empregou-se no Colégio Lingnan para ensinar a arte. Pode dizer-se que, devido à Guerra, essa elite cultural que se reuniu em Macau não apenas alterou a situação de atraso cultural do pré-Guerra, mas, mais importante ainda, criou as bases para o desenvolvimento futuro do ensino e da cultura.

## V. Relações Externas: Equilíbrio e Auto-Preservação

A primeira metade do Século XX foi uma era de grande instabilidade no cenário internacional. No contexto mundial, as forças políticas agitavam-se numa disputa pela supremacia, progressivamente formando duas alianças: a fascista e a anti-fascista. No entanto, de acordo com o seu estatuto de colónia portuguesa, Macau seguiu a “neutralidade” declarada pela metrópole, sem escolher nenhum dos lados na luta. Nada obstante, para obter o máximo de vantagens dessa política, o Governo português de Macau ainda teve que reagir a forças políticas internas e externas e, mais complexo, ao emaranhado das relações mútuas entre esses atores. De entre essas, as mais importantes foram as relações entre “os três países e as quatro partes” (China, Portugal, Japão e Governo inglês de Hong Kong).

Desde o passado remoto, Macau sempre foi chinesa. Embora através do *Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português* de 1887 Portugal te-

---

<sup>9</sup> Liu Xianbing. “Educação em Macau durante a 2a. Guerra Mundial”. Seleções em Comemoração do Aniversário dos 75 anos do Estabelecimento da Associação de Educação Chinesa”. Macau: Associação de Educação de Macau, 1995. P. 12.

na obtido poderes totais de administração sobre o território, as relações históricas e geográficas com Macau não são algo que um tratado possa romper completamente. De facto, a sobrevivência de Macau depende completamente da China Continental. Ao mesmo tempo, a cada mudança do quadro político na China, não há nada que não se reflita sobre Macau. Assim, o Governo português de Macau colocou sempre as relações com a China (através do Governo Central Português) e Guangdong, em primeiro lugar, no que se refere às relações externas.

Entretanto, a primeira metade do Século XX foi uma era de turbulências imprevisíveis na política chinesa. Em 1911, a Revolução Xinhai, liderada por Sun Zhongshan, derrubou o regime da dinastia Qing, criando a China Nacionalista. A seguir, o caos gerado pelo conflito entre os caudilhos regionais fez com que o Governo sofresse transformações sucessivas. Em 1927, o Governo Nacionalista estabeleceu formalmente sua capital em Nanjing; todavia, não lhe seria possível unificar o país, tendo em vista a ascensão do Partido Comunista Chinês e o separatismo das milícias camponesas. Em 1937, eclodiu a Guerra Sino-Japonesa; os dois Partidos, Nacionalista e Comunista, uniram-se temporariamente para combater o inimigo comum. O traidor, Wang Jingwei, com o apoio dos japoneses, estabeleceu um (pseudo-)Governo Nacionalista. Em 1945, depois de 8 anos de um amargo conflito, a China finalmente viu o sol raiar. Porém, infelizmente, os Partidos Nacionalista e Comunista voltaram-se costas num novo período de Guerra Civil; ao cabo de outros três anos, o Partido Nacionalista cruzou o estreito para Taiwan, despedindo-se do Continente. Em 1949, nasceu a República Popular da China, liderada pelo Partido Comunista Chinês. Ou seja, de 1911 a 1949, a China viveu uma transição entre os regimes imperial, republicano e a democracia popular — numa alternância de trocas de mãos do poder político. Neste processo, as principais forças políticas no interior da China estenderam a sua influência a Macau. Macau por vezes foi a base do planeamento e dos operações para o trabalho político ou campanhas militares dessas forças; por vezes, elas viram em Macau um porto seguro das perseguições políticas, onde podiam organizar operações para distribuição de recursos e mantimentos. Assim, para o Governo português de Macau, era inevitável manter relações com diferentes atores da política chinesa, além de lidar com as suas forças políticas presentes em Macau, especialmente com o Partido Nacionalista e as organizações do PCC. No primeiro caso, podem classificar-se tais relações como propriamente diplomáticas; no segundo caso, pode dizer-se que eram um tipo de vigilância informal interna e de

gestão policial. O trato de ambas as forças não escapou a raciocínios de equilíbrio político e estratégias adequados à situação do momento.

No plano das relações diplomáticas formais, para a administração portuguesa de Macau, não houve maior garantia legal do que a assinatura do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português. Ainda que se tratasse de uma discussão sobre os limites, as duas partes haviam enviado representantes diversas vezes, sem conseguir chegar a um consenso. Contudo, em 1928, o Governo Nacionalista surpreendentemente concordara em assinar esse documento, preservando o estatuto atribuído a Macau pelo Tratado de 1887. Ou seja, Macau continuava a ser “administrada permanentemente” por Portugal. Para o Governo português de Macau, num tempo em que ressoavam os gritos de “revoguem os acordos desiguais” da grande terra chinesa, não se pode dizer que tal resultado não era uma “grata surpresa”. Esse tratado oferecia uma garantia ao domínio do Governo português sobre Macau.

Com base nesse tratado e nas relações diplomáticas formais com o Governo Nacionalista sediado em Nanjing, antes da Guerra da Resistência eclodir, o Governo português de Macau reconhecia tal regime e assumia uma atitude cautelosa perante as instituições como o Comité para os Assuntos de Ultramar e mesmo diante da existência e atividade do Partido Nacionalista dentro da sua cidade. Após o início dos conflitos, contudo, essa atitude começou a manifestar mudanças.

Apesar de o Governo português de Macau dever seguir o Governo Central português na sua política de “neutralidade” antes mesmo da Guerra com o Japão haver assumido a sua dimensão total, podemos ter a certeza de que a política executada em Macau não foi a mesma do início ao fim, pois acompanhava as necessidades do tempo. No início do conflito, o Governo português de Macau ainda conseguiu preservar a suposta “neutralidade”; mas há razões de que a mesma pendia em favor da China. Com a chegada das forças nipónicas ao sul do Continente, especialmente após a queda de Guangzhou, os japoneses avizinharam-se de Macau, tomando Hong Kong em 1941. Nesse momento, sob ameaças e pressões diretas do invasor, motivada por um interesse de autopreservação e medo de ser ocupada por tal exército, Macau não tinha meios de fazer valer sua “neutralidade”. Decidiu, portanto, assinar um acordo secreto com o Japão, permitindo a abertura de um consulado japonês em seu território. Anuindo a exigências daquele país, restringiu veementemente quaisquer

atividades de socorro às vítimas da Guerra da Resistência e tolerou e protegeu os atos do traidor, da marionete, Wang Weijing. No entanto, com a reviravolta do triunfo sobre os fascistas em 1945, verificou-se uma nova mudança nas atitudes do Governo português de Macau que, com a vitória na Guerra da Resistência, restabeleceu a atitude amigável com o Partido Nacionalista e seu Governo. Permitiu a abertura das instituições diplomáticas e dos assuntos do ultramar do regime chinês, a quem ofereceu salvaguarda; as organizações do Partido Nacionalista poderiam realizar suas atividades abertamente em Macau, sem qualquer interferência. O Governo português de Macau até mesmo apoiou a punição aos traidores, coordenada pelo Governo Nacionalista e pelas autoridades de Guangdong. Tentou compensar, de todas as formas, que do interior da China surgissem pleitos para que devolvessem Macau após a vitória na Guerra da Resistência.

Em relação à existência do Partido Comunista em Macau, a atitude do Governo português também seguiu de perto as necessidades do tempo. Devido ao fato de o regime do ditador António Oliveira Salazar aprovar a “Constituição Política” (1933), em que se exigia que o povo português resistisse ao avanço do Comunismo, o Governo de Macau publicou um decreto, exigindo a todo o funcionário público que, antes de assumir funções, fizesse uma profissão de fé “anti-comunista”. Assim, no que concerne às atividades do Partido Comunista Chinês em Macau, o Governo português local mantinha estreita atenção. Mesmo sabendo que atividades não tinham por fim o derrube da administração colonial portuguesa, não relaxaram a supervisão das organizações comunistas, nem mesmo permitiam atividades públicas e legais das mesmas em Macau. Apesar de que desde o final da década de 1920, o PCC se estar a organiza em Macau, mobilizando o público, tudo era realizado secretamente. Entretanto, quando começou a ficar claro que o PCC venceria a guerra contra o Partido Nacionalista, verificou-se mudança na atitude do Governo português de Macau. Quando organizações comunistas de Macau promoveram uma cerimónia de celebração do 1 de outubro de 1949, em que hastearam o lábaro vermelho das cinco estrelas, as autoridades locais não intervieram. Ao contrário, começaram a buscar cooperação com os comunistas, preparando-se para iniciar relações com a Nova China.

No que tange às relações entre os governos coloniais de Macau e Hong Kong, pelas semelhanças a unirem ambos os regimes e também considerada a proximidade geográfica, havia muitos contatos entre os dois. Assim, como administradores, as autoridades de Macau e de Hong

Kong mantinham cooperação, mas também competiam. Ao tratarem com as autoridades chinesas, frequentemente prestavam-se apoios mútuos. Quando a questão tocava interesses concretos, havia competição. Sob coordenação dos dois governos coloniais, as relações Macau-Hong Kong sempre se alternaram entre cooperação e competição.

Ao observarmos as relações exteriores do Governo português de Macau, no período de 1912 a 1949, embora houvesse idas e vindas, o tom era sempre o mesmo, isto é, o de adaptar-se às exigências do tempo, sob o pressuposto da garantia dos interesses de Portugal. Nos contatos e relações com o Governo chinês, trava-se de não perder os poderes de gestão sobre o território de Macau. Nas relações com o Japão, tratava-se de garantir que os exércitos daquele país não ocupassem Macau. Ou seja, era para se manterem como gestores de Macau que os portugueses executavam a sua política de “neutralidade”. Contudo, quando se tratava de atividades realizadas por diversas forças políticas chinesas no território, assumiam uma postura de control e de criação de equilíbrios entre as mesmas, caso essas forças não tivessem por fim derrubar a administração colonial. Os portugueses adaptavam-se às mudanças ocorridas em cada época, conforme as variações no peso das forças políticas em que se apoiavam. Pode ver-se que o Governo português de Macau adotava uma política de “correr para onde o vento sopra”, com o puro objetivo de “se proteger”.

## VI. Conclusão

Da gestão política às relações externas, da situação sócio-económica à educação e cultura, este artigo reviu o processo histórico na Macau da primeira metade do Século XX. Podemos dizer que cada detalhe reflete uma situação de intensa turbulência, que era uma característica da época no mundo inteiro, no âmbito de uma situação geral de revolução e de guerra. Apesar de Macau não ter passado pelo batismo dos canhões da 2a. Guerra, ainda assim conseguiu sentir os resultados do embate entre o fascismo e o anti-fascismo, através da impotência e sofrimento dos refugiados. Por meio de sutis mudanças da política de “neutralidade”, adotada pelo Governo de Macau, descobrimos as mudanças de direção com o andar do conflito.

A história de Macau na primeira metade do Século XX é vista normalmente como um episódio da administração portuguesa sobre o território. Entretanto, para todos os efeitos, Macau testemunhou, juntamente

com o mundo, a Guerra e o sofrimento, as revoluções e as esperanças que afligiram a humanidade neste capítulo da história. Para Macau, foi uma época de mudanças radicais, uma época em que coexistiam desafios e oportunidades; também foi uma época de desenvolvimentos e mudanças.